



CONCURSO PÚBLICO

1. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE EM C&T – ASSISTENTE 1 (Administração)

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 60 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS E 30 MINUTOS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ NO DECURSO DOS ÚLTIMOS 30 MINUTOS QUE ANTECEDEREM O TÉRMINO DA PROVA, O CANDIDATO PODERÁ SOLICITAR AO FISCAL A FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS PARA COPIAR OS ASSINALAMENTOS FEITOS NA FOLHA DE RESPOSTAS. A ESTES CANDIDATOS SERÁ PERMITIDO LEVAR A FOLHA INTERMEDIÁRIA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.
- ♦ AO SAIR, O CANDIDATO DEVERÁ ENTREGAR AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 12.

Razão, crença e dúvida

Tomei contato com a história a seguir em junho passado. Em 2002, na Austrália, um casal perdeu a filha, Glória, de nove meses. A menina, a partir do quarto mês, apresentou sintomas de eczema infantil, uma condição alérgica que afeta mais de 10% dos bebês e, geralmente, acalma-se ou some com o passar dos anos. As causas da doença não são bem conhecidas pelos médicos. O problema é que o eczema (pele seca com prurido) provoca muita coceira, algo a que as crianças não resistem. A pele, ferida, abre-se para qualquer infecção. Foi o que aconteceu com Glória, que morreu de septicemia.

Não foi falta de sorte: o pai de Glória é homeopata e, em total acordo com a mulher, medicou a filha só com remédios homeopáticos (insuficientes na condição da menina). Isso até o fim, quando ela definhava pelas infecções internas e externas. Glória foi levada a um hospital três dias antes de morrer: as bactérias já estavam destruindo suas córneas, e os médicos só puderam lhe administrar morfina para aliviar seu sofrimento.

Os pais de Glória foram presos, acusados de homicídio por negligência e, no fim de setembro, condenados pela Justiça australiana: o pai, a oito anos de prisão, a mãe, a cinco anos e quatro meses. Segundo o juiz, Peter Johnson, ambos os pais “faltaram gravemente com suas obrigações diante da filha”: o marido, pela “arrogância” de sua preferência pela homeopatia e a mulher, pela excessiva “deferência” às decisões do marido.

Os termos da decisão de Johnson são admiráveis. A obediência – ao marido, no caso –, seja qual for seu fundamento cultural, nunca é desculpa. E, sobretudo, o marido foi condenado não por recorrer à homeopatia, mas pela “arrogância” que lhe permitiu perseverar em sua crença e em sua decisão diante do calvário pelo qual passava a menina. A sentença de Peter Johnson é, para mim, um modelo de racionalidade, porque estigmatiza a certeza independentemente do objeto de crença. Ou seja, o juiz não discutiu a autoridade do marido e, ainda menos, os méritos da homeopatia ou da medicina alopática. Tampouco desejou limitar a liberdade de opinião; a sentença penalizou apenas, por assim dizer, a rigidez.

Se me coloco no lugar dos pais de Glória, não consigo imaginar uma crença, por mais que ela possa ser crucial para mim, que resista à visão do corpinho de minha filha transformado numa ferida aberta e purulenta. Antes disso, eu (embora confiando, a princípio, na medicina alopática) já teria convocado não só os homeopatas, mas também todos os xamãs, feiticeiros e curandeiros, sem nenhuma vergonha e sem o sentimento de trair minhas “convicções”, pois a primeira delas, a que resume minha racionalidade, diz, humildemente, que há muito no mundo que minha razão não alcança. Além disso, com o juiz Johnson, pergunto-me onde se manifesta a razão: na arrogância das certezas ou na capacidade de duvidar?

(Contardo Calligaris, *Folha de S.Paulo*, 08.10.2009. Adaptado)

01. De acordo com o texto, a causa da morte da menina Glória foi

- (A) a coceira intensa provocada pelo eczema.
- (B) uma infecção generalizada.
- (C) o uso de medicamentos homeopáticos.
- (D) uma forte reação alérgica aos medicamentos.
- (E) a falta de empenho dos médicos, após a internação da menina.

02. Após a morte da filha, os pais de Glória foram acusados de homicídio por

- (A) terem falhado em suas obrigações paternas.
- (B) arrogância diante das recomendações hospitalares.
- (C) ignorarem as decisões da justiça australiana.
- (D) fazerem uso da homeopatia.
- (E) não seguirem as prescrições dos médicos.

03. O autor elogia a decisão do juiz porque a sentença

- (A) reconheceu que o pai foi excessivamente autoritário.
- (B) condenou a mãe por ter obedecido à autoridade do marido.
- (C) penalizou a arrogância demonstrada pelo pai, mesmo após a morte da filha.
- (D) estigmatizou os pais que optaram por um tratamento ineficaz.
- (E) baseou-se na condenação de qualquer convicção rígida.

04. No último parágrafo, o autor afirma

- (A) não ter nenhuma convicção.
- (B) duvidar do valor da racionalidade.
- (C) reconhecer que a razão possui limites.
- (D) preferir soluções religiosas às científicas.
- (E) acreditar que a razão é baseada em certezas.

05. Em – ... *sem nenhuma vergonha e sem o sentimento de trair minhas “convicções”*... – as aspas foram utilizadas para

- (A) indicar uma citação.
- (B) marcar o emprego de um neologismo.
- (C) indicar uma gíria.
- (D) relativizar o significado de uma palavra.
- (E) retomar palavra utilizada em outro texto.

06. Em – *Foi o que aconteceu com Glória...* – substituindo-se *com Glória* por um pronome, a frase deve assumir a seguinte forma, de acordo com a norma culta:

- (A) Foi o que lhe aconteceu...
- (B) Foi o que aconteceu-lhe...
- (C) Foi o que a aconteceu...
- (D) Foi o que aconteceu-na...
- (E) Foi o que aconteceu-la...

07. Em – *E, sobretudo, o marido foi condenado não por recorrer à homeopatia...* – o termo *sobretudo* pode ser substituído, sem comprometimento de sentido, por
- (A) surpreendentemente.
 - (B) por último.
 - (C) principalmente.
 - (D) eventualmente.
 - (E) de modo algum.
08. Assinale a alternativa que apresenta oração na voz passiva.
- (A) Tomei contato com a história a seguir em junho passado.
 - (B) As causas da doença não são bem conhecidas pelos médicos.
 - (C) Os termos da decisão de Johnson são admiráveis.
 - (D) ... a sentença penalizou apenas, por assim dizer, a rigidez.
 - (E) ... eu já teria convocado não só os homeopatas, mas também todos os xamãs, feiticeiros...
09. Assinale a alternativa que apresenta expressão de sentido figurado.
- (A) A menina, a partir do quarto mês, apresentou sintomas de eczema infantil...
 - (B) O pai de Glória é homeopata e, em total acordo com a mulher, medicou a filha...
 - (C) Glória foi levada a um hospital três dias antes de morrer.
 - (D) ... o juiz não discutiu a autoridade do marido e, ainda menos, os méritos da homeopatia...
 - (E) ... há muito no mundo que minha razão não alcança.

Considere o trecho para responder às questões de números 10 a 12.

A sentença de Peter Johnson é, para mim, um modelo de racionalidade porque estigmatiza a certeza independentemente do objeto de crença.

10. Assinale a alternativa em que o termo *para* expressa a mesma circunstância que no trecho.
- (A) Dedicou-se muito para passar no exame.
 - (B) Embora fosse sempre para a praia, aquela vez era especial.
 - (C) Trouxe para ela um lindo buquê de flores.
 - (D) Para quem estuda, as provas parecem ser mais fáceis.
 - (E) Para agradá-la, não precisa muito, basta ser gentil.
11. O termo *porque* estabelece no trecho relação de
- (A) consequência.
 - (B) causa.
 - (C) finalidade.
 - (D) conclusão.
 - (E) adição.

12. O termo *estigmatiza* pode ser substituído, sem alteração de sentido, por
- (A) insulta.
 - (B) ignora.
 - (C) sobrepuja.
 - (D) desvaloriza.
 - (E) condena.

13. Considere a frase:

_____ um ano, _____ estava de férias na Austrália, tomei contato com essa história, _____ só agora decidi publicá-la.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase, de acordo com a norma culta.

- (A) Há ... quando ... mas
- (B) Há ... onde ... mais
- (C) A ... quando ... mais
- (D) A ... onde ... mais
- (E) À ... quando ... mas

Considere o texto, extraído do início do capítulo III do livro *Cândido*, de Voltaire, para responder às questões de números 14 a 16.

Nada tão belo, tão brilhante, tão bem ordenado como aqueles dois exércitos. As trombetas, os pífanos, os oboés, os tambores, os canhões formavam harmonias como jamais houve no inferno.

Primeiro os canhões derrubaram cerca de seis mil homens de cada lado; em seguida, a mosquetaria* varreu do melhor dos mundos uns nove a dez mil marotos que lhe infectavam a superfície. A baioneta** foi também a razão suficiente da morte de alguns milhares de homens. O que tudo montava a umas trinta mil almas. Cândido, que tremia como um filósofo, escondeu-se da melhor forma possível durante aquela heróica mortandade.

* *Mosquetaria*: tropa de soldados armados de mosquetes, armas semelhantes a espingardas.

** *Baioneta*: lâmina pontiaguda adaptada ao extremo do cano de fuzil ou espingarda, usada por soldados de infantaria em combates corpo a corpo.

14. Considere as afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, há uma quebra na expectativa do leitor quando o narrador revela que a beleza, o brilho e a ordem são atributos de exércitos.
- II. O pronome *lhe* em – ... a mosquetaria varreu do melhor dos mundos uns nove a dez mil marotos que lhe infectavam a superfície. – refere-se a mosquetaria.
- III. No trecho – ... escondeu-se da melhor forma possível... – o termo *melhor* foi empregado como substantivo e é qualificado pelos adjetivos *forma* e *possível*.

Está correto, apenas, o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

15. Ao opor ironicamente a violência (baioneta) e o diálogo (razão) em – *A baioneta foi também a razão suficiente da morte de alguns milhares de homens.* – o narrador revela um ponto de vista

- (A) imparcial.
- (B) autoritário.
- (C) crítico.
- (D) otimista.
- (E) reacionário.

16. Em – ...*formavam harmonias como jamais houve no inferno.* – substituindo-se o verbo *haver* por *existir* e mantendo-se o mesmo tempo verbal, o trecho deve assumir a seguinte forma, de acordo com a norma culta:

- (A) ... formavam harmonias como jamais existiam no inferno.
- (B) ... formavam harmonias como jamais existiram no inferno.
- (C) ... formavam harmonias como jamais existia no inferno.
- (D) ... formavam harmonias como jamais existira no inferno.
- (E) ... formavam harmonias como jamais existiu no inferno.

17. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta, de acordo com a norma culta.

- (A) As escolhas de cada membro do júri será tomada com o devido cuidado.
- (B) Acreditamos que podem haver soluções melhores para esse impasse.
- (C) Cada uma daquelas decisões corroborava o veredicto final.
- (D) Busca-se ações capazes de evitar que volte a ocorrer equívocos como aquele.
- (E) Não se via um julgamento como aquele faziam anos.

18. Assinale a alternativa em que a crase foi corretamente empregada, de acordo com a norma culta.

- (A) Como, perguntou o promotor, a senhora pôde assistir à tudo sem fazer nada?
- (B) O pai afirmou que amava à filha e disse que, tudo o que fez, foi pensando em oferecer a ela o melhor.
- (C) O júri condenou à mãe por negligência frente aos eventos que resultaram na morte da filha.
- (D) O advogado perguntou àquele homem o que ele pensava enquanto a saúde de sua filha piorava.
- (E) A doença piorou tanto que os médicos não puderam salvar à vida da menina.

19. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta, segundo a norma culta.

- (A) Ele afirmava, aflito, que sempre desejou ao bem de sua filha.
- (B) Não convenceu a ninguém com o que dizia.
- (C) Esse foi o caso que me referi durante nossa conversa.
- (D) São fatos de que todos já se esqueceram há tempos.
- (E) A decisão coube de um importante juiz.

Considere a charge para responder à questão de número 20.

Pensando em um mundo melhor



(www.charge-o-matic.blogspot.com.br/chargeBENETT15.jpg. Adaptado)

20. Considere as afirmações:

- I. O título da charge indica que, para o autor, a guerra é inevitável.
- II. O termo *combater* possui duplo sentido, podendo ser entendido como superar ou aniquilar.
- III. Há forte contraste entre o termo *pensando*, que sugere reflexão, e a ação do soldado no segundo quadrinho, que implica em violência e imposição.

Está correto, apenas, o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

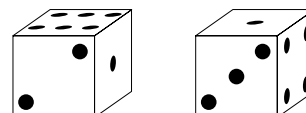
RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Uma garrafa com vinho pesa 500 g. Se dois terços do vinho forem consumidos, o peso da garrafa com o vinho restante cai para 300 g. O peso da garrafa vazia é

- (A) 180 g.
- (B) 190 g.
- (C) 200 g.
- (D) 210 g.
- (E) 220 g.

22. As faces de um dado são numeradas arbitrariamente de 1 a 6. As figuras apresentam o dado em duas posições diferentes. A face oposta à face 1 é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



23. Quatro gavetas contêm camisas. Cada gaveta contém no mínimo três camisas, e no máximo cinco camisas. É possível concluir que

- (A) há somente uma gaveta com três camisas.
- (B) há no mínimo duas gavetas com o mesmo número de camisas.
- (C) há gavetas com menos que cinco camisas.
- (D) os números de camisas em cada gaveta são diferentes entre si.
- (E) há no mínimo três gavetas com o mesmo número de camisas.

24. Os horários de ônibus que partem de uma cidade A com destino a uma cidade B, após as 18:00 h, são os seguintes: 18:30 h, 19:20 h, 20:30 h, 22:00 h e, ainda, há um último horário antes de 24:00 h. Considerando que os horários formam uma sequência lógica, então, o último horário é

- (A) 23:00 h.
- (B) 23:10 h.
- (C) 23:30 h.
- (D) 23:35 h.
- (E) 23:50 h.

25. Numa pesquisa de opinião pública sobre o consumo de sucos de laranja e de uva, foram obtidos os seguintes dados:

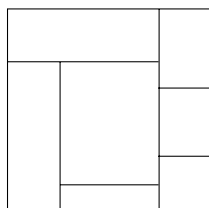
CONSUMIDORES DE SUCO DE LARANJA: 500;
CONSUMIDORES DE SUCO DE UVA: 300;
CONSUMIDORES DE SUCOS DE LARANJA E DE UVA: 100;
PESSOAS QUE NUNCA CONSUMIRAM SUCO: 50.

O total de pessoas entrevistadas é

- (A) 750.
- (B) 800.
- (C) 850.
- (D) 900.
- (E) 950.

26. A planta de uma casa de sete cômodos é mostrada na figura. O número mínimo de cores diferentes que são necessárias para pintar o interior da casa, de forma que cômodos vizinhos não tenham a mesma cor, é

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.



27. Em um bar, há três garrafas amarelas e duas garrafas vermelhas. Dessas garrafas, três serão colocadas em uma prateleira horizontal, uma ao lado da outra. De quantas formas é possível dispor as garrafas, considerando as sequências distintas de cores?

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 9.

28. Em uma fila, a antepenúltima pessoa era a oitava. Se três pessoas foram atendidas e somente essas pessoas saíram da fila, e sete pessoas entraram na fila, então a antepenúltima pessoa da fila é a

- (A) 8.^a.
- (B) 9.^a.
- (C) 10.^a.
- (D) 11.^a.
- (E) 12.^a.

29. Em um determinado dia da semana, Daniel foi ao cinema, ao restaurante e à confeitaria. O cinema abre somente às terças-feiras, sextas-feiras e sábados; o restaurante fecha aos sábados, e a confeitaria não abre às quintas-feiras e sextas-feiras. Então, o dia da semana em que Daniel foi aos três lugares, era

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) sexta-feira.
- (E) sábado.

30. Uma balança de dois pratos está em equilíbrio, havendo em cada prato o mesmo número de sacos de açúcar, todos com o mesmo peso. Transferindo-se sete sacos de açúcar de um prato para outro, é necessário acrescentar um peso de 28 kg no prato com menos sacos de açúcar, para manter o equilíbrio. O peso de um saco de açúcar é

- (A) 1,5 kg.
- (B) 2,0 kg.
- (C) 2,5 kg.
- (D) 3,0 kg.
- (E) 3,5 kg.

LEGISLAÇÃO

- 31.** Sobre o provimento dos cargos públicos, é correto afirmar que
- (A) a idade mínima exigida para a investidura no cargo público é de 16 anos.
 - (B) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
 - (C) é uma forma de provimento em cargo público a reversão.
 - (D) não poderão ser exigidos outros requisitos para a investidura além daqueles previstos na Lei n.º 8.112/90.
 - (E) os cargos de professores universitários não poderão ser providos por estrangeiros.
- 32.** Às pessoas portadoras de deficiência, a lei reserva um percentual de vagas nos concursos públicos de
- (A) 5%.
 - (B) 8%.
 - (C) 10%.
 - (D) 15%.
 - (E) 20%.
- 33.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A posse no cargo público pode ocorrer por procuração específica.
 - (B) É ilegal exigir do servidor, no momento da posse, declaração de bens e valores que revelem o seu patrimônio pessoal.
 - (C) Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 15 dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (D) Os servidores cumprirão, em regra, jornada de trabalho de duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas.
 - (E) O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido a bem do serviço público.
- 34.** “A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens”, denomina-se
- (A) transferência.
 - (B) readaptação.
 - (C) reversão.
 - (D) reintegração.
 - (E) recondução.
- 35.** É um dever do servidor
- (A) não guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
 - (C) ser solidário com os colegas de trabalho, quando estes necessitarem de auxílio no cumprimento das suas funções.
 - (D) atender a todos com alegria e simpatia.
 - (E) recusar pedidos de certidões de particular que objetivem unicamente esclarecimento de situações pessoais.
- 36.** Ao servidor é legalmente permitido
- (A) recusar fé a documentos públicos.
 - (B) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
 - (C) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
 - (D) atuar como intermediário junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (E) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- 37.** Assinale a alternativa correta.
- (A) É vedada toda e qualquer acumulação remunerada de cargos públicos.
 - (B) A proibição de acumular cargos não se aplica na hipótese do exercício simultâneo de um cargo na Administração Direta e de um emprego público em empresa pública.
 - (C) A acumulação de cargos, quando lícita, não fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.
 - (D) O servidor em cargo em comissão poderá acumular, interinamente, outro cargo de confiança, mas deverá optar pela remuneração de um deles durante a interinidade.
 - (E) A lei permite, como regra, a acumulação de dois cargos privativos da área jurídica.
- 38.** Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade dos servidores públicos.
- (A) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores do servidor público, até o limite do valor da herança.
 - (B) Não haverá responsabilidade civil do servidor quando do seu ato decorreu prejuízo a terceiros, mas não afetou o Erário.
 - (C) Não cabe ação regressiva contra servidor público.
 - (D) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumulativas.
 - (E) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

39. Assinale a alternativa que indica circunstâncias ou situações que devem ser consideradas na aplicação das penalidades ao servidor.

- (A) Antecedentes funcionais.
- (B) Antecedentes criminais.
- (C) Os danos que a conduta ou ato causou para o particular.
- (D) A conduta profissional do servidor.
- (E) A conduta moral do servidor.

40. A incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição, são condutas que podem acarretar ao servidor a seguinte penalidade:

- (A) advertência.
- (B) suspensão.
- (C) demissão.
- (D) exoneração.
- (E) reversão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de números 41 a 47 referem-se à Lei n.º 9.784, de 29 de Janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

41. A Lei n.º 9.784 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. De acordo com o parágrafo 1.º do art. 1.º, os preceitos dessa Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando

- (A) for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (B) no desempenho de função administrativa.
- (C) a lei expressamente a exigir.
- (D) obrigatória a representação, por força de lei.
- (E) sejam lícitas, pertinentes, necessárias ou protelatórias.

42. Em conformidade com o parágrafo 2.º do art. 1.º, para os fins dessa Lei, considera-se entidade

- (A) a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta.
- (B) a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração indireta.
- (C) a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- (D) o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- (E) a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

43. O art. 3.º determina que o administrado, perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados, tem os seguintes direitos: I – ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações; II – ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; III – formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente e IV –

- (A) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- (B) expor os fatos conforme a verdade.
- (C) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (D) não agir de modo temerário.
- (E) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

44. De acordo com o art. 8.º, quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, salvo preceito legal em contrário, poderão

- (A) ser recusados, mediante decisão fundamentada.
- (B) ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício.
- (C) estabelecer outros meios de participação de interessados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.
- (D) delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (E) ser formulados em um único requerimento.

45. O art. 11 preconiza que a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo
- (A) imposição legal.
 - (B) norma especial ou comprovada necessidade.
 - (C) os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
 - (D) comprovada má-fé.
 - (E) disposição legal diversa.
46. Conforme art. 37, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá,
- (A) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
 - (B) a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
 - (C) a garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
 - (D) de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.
 - (E) a impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
47. De acordo com o art. 42, quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de
- (A) 05 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 15 dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
 - (D) 20 dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
 - (E) 30 dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- As questões de números 48 a 52 referem-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
48. Em conformidade com o inciso V do art. 37, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições
- (A) da organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (B) de direção, chefia e assessoramento.
 - (C) da competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais.
 - (D) da seguridade social.
 - (E) da administração direta.
49. De acordo com o inciso VII do art. 37, o direito de greve será exercido nos termos
- (A) do tratado constitutivo.
 - (B) da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso.
 - (C) e nos limites definidos em lei específica.
 - (D) de lei complementar.
 - (E) do disposto no inciso XII do art. 162.
50. O parágrafo 8.º do art. 39 determina que a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo
- (A) primeiro.
 - (B) segundo.
 - (C) terceiro.
 - (D) quarto.
 - (E) quinto.
51. Conforme parágrafo 4.º do art. 40, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: I – portadores de deficiência; II – que exerçam atividades de risco; e III –
- (A) públicos titulares de cargo efetivo em caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
 - (B) nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - (C) públicos da União e Territórios em caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
 - (D) de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios em caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
 - (E) cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

52. De acordo com o parágrafo 4.º do art. 37, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e

- (A) o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (B) as sanções judiciais cabíveis.
- (C) as sanções previstas em lei, que estabelecerão, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (D) outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- (E) as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

53. No estudo das organizações, um dos modelos existentes para entendimento das organizações formais é o da burocracia, que analisa os processos de autoridade e obediência. Quando a obediência deve-se a “devoção” dos seguidores pelo líder e a autoridade está na própria pessoa do líder, que demonstra, ou os seguidores acreditam, que ele tem qualidades que o tornam admirado, a base da autoridade é caracterizada

- (A) pela organização e normas.
- (B) pelo carisma.
- (C) pelos grupos formais.
- (D) pelos grupos de apoio.
- (E) pelo manual de políticas e procedimentos.

54. A dominação de fundo tradicional repousa sobre a crença quotidiana na santidade das tradições que vigoram desde tempos distantes e na legitimidade daqueles que são indicados por essa tradição para exercer a autoridade. No caso da autoridade tradicional, a obediência é devida

- (A) ao líder pela confiança pessoal em sua revelação, dentro do círculo em que se acredita em seu carisma.
- (B) ao líder pela confiança pessoal em seu heroísmo, dentro do círculo em que se acredita em seu carisma.
- (C) ao líder pela confiança pessoal em sua exemplaridade, dentro do círculo em que se acredita em seu carisma.
- (D) à pessoa do senhor indicado pela tradição e a ela vinculado, dentro do círculo dos costumes.
- (E) às ordenações impessoais e objetivas, legalmente instituídas e às pessoas por elas designadas, que agem dentro de uma jurisdição.

55. A administração burocrática é a forma mais racional de se exercer a dominação, uma vez que possibilita o exercício da autoridade e a obtenção da obediência com precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança. Uma das características das organizações burocráticas é a impessoalidade que se caracteriza

- (A) pela obediência à pessoa que ocupa um cargo investido de autoridade.
- (B) pela autoridade que tem como objetivo a racionalidade da incoerência entre meios e fins.
- (C) pelos funcionários que obtêm os meios para a sua subsistência como fruto de participação na burocracia.
- (D) pelas burocracias que operam como sistemas de subsistência para os funcionários.
- (E) pelos seguidores que obedecem ao líder carismático, que atende as necessidades do seu grupo informal.

Um aspecto importante de controle de materiais é a apuração e a determinação dos custos dos estoques, pois a escolha da metodologia aplicada tem reflexo direto na apuração do resultado da empresa em um determinado exercício. Para as questões de números **56** a **58**, utilize a seguinte ficha de controle de estoques:

DATA	ENTRADA			SAÍDA			SALDO		
	quantidade	R\$ unit.	R\$ total	quantidade	R\$ unit.	R\$ total	quantidade	R\$ unit.	R\$ total
01/01/xx							20	20	400
15/02/xx	20	30	600				40		
01/03/xx				10			30		
31/03/xx				20			10		
15/04/xx	30	35	1.050				40		
01/05/xx				10			30		

56. Com base no critério de apuração do custo denominado PEPS: o primeiro que entra é o primeiro que sai, o saldo: R\$ total da ficha de controle em 01/05/xx é

- (A) 1.050.
- (B) 1.350.
- (C) 1.400.
- (D) 1.900.
- (E) 1.975.

57. Com base no critério de apuração do custo denominado UEPS: o último que entra é o primeiro que sai, o saldo: R\$ total da ficha de controle em 01/05/xx é

- (A) 750.
- (B) 900.
- (C) 1.050.
- (D) 1.350.
- (E) 1.400.

- 58.** Com base no critério de apuração do custo denominado média ponderada móvel, o saldo: R\$ total da ficha de controle em 01/05/xx é
- (A) 975.
 - (B) 1.000.
 - (C) 1.050.
 - (D) 1.350.
 - (E) 1.400.
- 59.** O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, para o trabalhador urbano, prescreve em
- (A) 2 anos, até o limite de 1 ano após a extinção do contrato.
 - (B) 3 anos, até o limite de 1 ano após a extinção do contrato.
 - (C) 4 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato.
 - (D) 5 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato.
 - (E) 10 anos, até o limite de 5 anos após a extinção do contrato.
- 60.** A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, desde que não seja fixado expressamente outro limite, não excederá de
- (A) 4 horas diárias.
 - (B) 6 horas diárias.
 - (C) 8 horas diárias.
 - (D) 25 horas semanais.
 - (E) 38 horas semanais.